

## **O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: AVANÇOS E DESAFIOS**

*The process of training in social work and university extension: advances and challenges*

Lobelía da Silva Faceira

Professora adjunta da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

### Resumo

O artigo apresenta as contribuições da atividade extensionista para o processo de formação profissional em Serviço Social, destacando a experiência vivenciada pelos discentes da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no projeto de extensão “Serviço Social: a instrumentalidade da profissão entre as grades visíveis do sistema penitenciário e invisíveis da medida socioeducativa”; destacando suas contribuições e desafios para a produção e socialização de conhecimento.

### Palavras-Chave

Serviço Social – Extensão – Formação profissional

### Abstract

The article presents the contributions of extension activity to the process of professional training in social work, highlighting their experience by students of the School of Social Service of the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO) in the extension project “Social Work: instrumentality of the profession between the grids visible from the prison system and invisibles of measure socioeducative”; their contributions and challenges for production and socialization of knowledge.

### Keywords

Social Work – Extension - Training

### Introdução

O presente artigo tem a proposta de apresentar a importância da extensão para o processo de formação profissional em Serviço Social, destacando a experiência vivenciada pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e, especificamente, as contribuições do projeto de extensão “Serviço Social: a instrumentalidade da profissão entre as grades visíveis do sistema penitenciário e invisíveis da medida socioeducativa” para a produção e socialização de conhecimento.

O projeto pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UNIRIO foi sistematizado pela equipe técnica de Serviço Social do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG), que em face da trajetória histórica do Serviço Social nesta Universidade e de suas diversas frentes de atuação – no Hospital Universitário, no departamento de recursos humanos e na assistência estudantil – considerou necessário à ampliação das práticas do Serviço Social na Universidade o investimento no campo acadêmico, através da consolidação de um curso de graduação. O processo de sistematização e consolidação do

curso de graduação foi efetivado através do apoio e da assessoria do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), obedecendo às legislações e normativas referentes à formação profissional.

A formação em Serviço Social deve estar pautada em currículos plenos dotados de flexibilidade, observando a maleabilidade na organização dos conteúdos, as singularidades regionais e locais, sem perda de referencial básico nas disciplinas fundamentais do currículo. Vale considerar também a dinâmica presente na organização de todos os componentes da estrutura curricular, de forma que possibilite a compreensão dos desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social. Nesse sentido, as respostas às demandas em que o Serviço Social é chamado a intervir exigem uma formação qualificada e o desenvolvimento de habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, necessárias ao fazer profissional.

O projeto pedagógico prevê a realização de oficinas de prática profissional, disciplinas obrigatórias e optativas, iniciação científica, extensão e pesquisa, proporcionando ao discente a inserção em espaços diversificados que propiciem o desenvolvimento das habilidades e competências profissionais. Por considerar que a Universidade deve ser o espaço do plural, de produção acadêmica e crítica, destacamos neste artigo a importância da extensão no processo de formação dos discentes do curso de Serviço Social.

A extensão universitária é caracterizada como uma ação desenvolvida pela universidade junto à comunidade, disponibilizando ao público externo o conhecimento produzido através da pesquisa e adquirido no âmbito do ensino. A extensão, na medida em que é balizada pela interface da universidade com a comunidade, apresenta diversificado campo empírico para a produção de pesquisas e novos conhecimentos. Nesse sentido, através da atividade extensionista o discente de Serviço Social desenvolve suas habilidades e competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, imprescindíveis para decifrar a realidade social brasileira e as estratégias de enfrentamento das expressões da Questão Social.

O artigo apresenta inicialmente um debate sobre o processo de formação profissional em Serviço Social e a importância da extensão como espaço privilegiado, que proporciona ao discente a compreensão dos desafios com os quais se defrontará no exercício profissional. E, num segundo momento, o artigo apresenta as contribuições e desafios do projeto de extensão “Serviço Social: a instrumentalidade da profissão entre as grades visíveis do sistema penitenciário e invisíveis da medida socioeducativa” para o processo de formação profissional e consolidação da Escola de Serviço Social da UNIRIO.

### **O processo de formação profissional em Serviço Social e a extensão universitária**

O processo de formação profissional adotado pelo Serviço Social na contemporaneidade expressa uma necessidade sócio-histórica de renovação do perfil profissional, que deve atender às exigências técnicas e operativas da profissão diante das expressões da Questão Social decorrentes do processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, a formação do assistente social é um processo que reflete o debate teórico e político desenvolvido pela profissão ao longo de sua trajetória histórica, tendo em vista responder às manifestações da “questão social” nos marcos do capitalismo monopolista em expansão:

A trajetória do Serviço Social no Brasil revela como, ao longo de cerca de setenta anos, o campo da formação dos assistentes sociais passou por mudanças marcantes, que carecem ainda de estudos aprofundados acerca da relação

entre a dinâmica interna à profissão e os processos sócio-históricos, particularizados, nesse período, pelas políticas públicas, pela esfera da cultura e pela educação superior. Desde a forte influência ideológica da Igreja Católica e das referências do Serviço Social que se desenhava na Europa (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982), passando pelos processos de renovação, em suas diferentes matrizes teóricas (NETTO, 1991), até o estabelecimento de um diálogo mais maduro com o campo das ciências sociais e com a tradição marxista (NETTO, 1996), o Serviço Social percorreu um caminho que esteve longe de ser linear e homogêneo, mas que, indubitavelmente, particulariza a profissão no âmbito da história das profissões que requerem uma formação de nível superior, pela sua peculiar capacidade de organização e pelo adensamento de sua produção e reconhecimento intelectual em um curto período de tempo. (ALMEIDA, 2009, p. 638)

O Serviço Social emerge como profissão no contexto histórico da década de 1930, num momento particular da sociedade capitalista, denominado como capitalismo monopolista, caracterizado pela gênese da “Questão Social”. Iamamoto (1993) considera que as expressões da Questão Social constituem as manifestações do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de sua inserção no cenário de lutas sociais e políticas, exigindo seu reconhecimento e direito como classe por parte do Estado e do Capital.

Iamamoto (1993), afirma que no Brasil esse cenário é marcado pelo desenvolvimento capitalista industrial e pela expansão urbana, caracterizado pela emergência no cenário político e social de novas classes sociais: a classe trabalhadora assalariada e a classe burguesa, detentora dos meios de produção; e a mudança na composição dos grupos, ou representantes da classe que detêm ou compartilham o poder do Estado.

O Estado no contexto da década de 1930 é pressionado a intervir nas expressões da “questão social”, pois seu aparato policial repressivo não propiciava mais as condições para garantir que o capital materializasse seu objetivo de acumulação. Assim, o Estado passa a ter que redimensionar suas funções na sociedade no âmbito político e econômico, devendo garantir a propriedade privada e regular as condições para o processo de acumulação capitalista.

Nesse sentido, o Serviço Social emerge no cenário brasileiro como uma iniciativa de representantes da burguesia, articulados ao poder da Igreja Católica ou do Estado, com o objetivo de garantir a manutenção do sistema capitalista através da perspectiva do controle social. Segundo Netto (1992), o caminho para a profissionalização é construído pelos próprios assistentes sociais, num processo histórico, no qual estes vão se inserindo em atividades interventivas e vão reordenando seus espaços de intervenção.

A inserção e expansão do Serviço Social no âmbito acadêmico não se consolidaram de forma imediata à institucionalização da profissão, sendo concretizadas apenas na década de 1960. Esta expansão deve ser analisada a partir das novas exigências e requisições postas ao Serviço Social, seja em função da consolidação do mercado de trabalho, seja ainda da própria necessidade de um perfil profissional mais funcional ao projeto da autocracia burguesa.

A inserção cada vez mais ampla da profissão no âmbito acadêmico proporcionou uma interação com as disciplinas de ciências sociais e com o movimento estudantil, possibilitando o contato com as diferentes matrizes do pensamento social crítico. Assim, o Serviço Social – uma profissão tradicionalmente caracterizada como doutrinária e tecnicista – inicia na década de 1960 um movimento interno na categoria que constrói os fundamentos, para o que vem a ser na década de 1970 o Movimento de Renovação do Serviço Social, ou seja, o movimento de intenção de ruptura com o viés tradicional e conservador da profissão.

No âmbito da formação profissional, o debate desenvolvido pela categoria nesse contexto de discussão da profissão coloca a necessidade de se avaliar o projeto que orientava a formação dos profissionais. Assim, são colocadas as bases para o debate do projeto de Formação Profissional, processo que culmina com a aprovação do Novo Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social em 1982, que buscava ultrapassar a visão endógena da profissão e da vida universitária, buscando historicizar o debate com uma visão crítica, identificando as particularidades do Serviço Social.

Por meio do movimento de Renovação, o Serviço Social brasileiro consolida a sua maturidade intelectual, alcança o reconhecimento e validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina o seu significado social, define a sua relação com as demais disciplinas da área das ciências sociais e humanas, e, sobretudo, constrói objetivos legitimados por um projeto de sociedade com base na defesa da liberdade, da equidade social, da democracia, dos direitos sociais e das políticas sociais públicas.

Foi esse movimento que deu sustentação para se pensar uma formação profissional comprometida com o projeto ético-político da profissão, consolidado na aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996. O movimento de reformulação do currículo buscou construir uma proposta comprometida com a formação de profissionais aptos a responder às demandas contemporâneas, que se constituem como consequência das mudanças desenvolvidas no modo de produção capitalista, que alteraram radicalmente a esfera da produção e do Estado, tendo como consequência o agravamento das manifestações da “questão social”.

Assim, é fundamental que a formação profissional possibilite aos assistentes sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão.

Nesta proposta, o trabalho é considerado uma categoria central e o eixo estruturante da vida social. Ele é a condição necessária para a existência do homem em sua dimensão ontológica, mas, ao longo de seu desenvolvimento e das potencialidades produtivas, o processo de trabalho vai moldando esse homem, de tal modo que “determina a totalidade da existência humana e, pois, constitui o modelo básico de sociedade” (MARCUSE, 1978, p. 270).

Neste debate, o Serviço Social deve ser visto como uma especialização do trabalho, partícipe de um processo de trabalho, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. Ao indagar-se sobre o significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, tem-se um ponto de partida e um norte. Iamamoto (1999, p. 68) é bastante sucinta ao esclarecer que o assistente social “Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores dos comportamentos, da cultura que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos”.

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições, ou seja, a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social. O processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele se refere à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua totalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Envolve a reprodução da vida material e imaterial, isto é, das formas de consciência social – jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas – por meio das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção de vida material, pensam e se posicionam na sociedade (IAMAMOTO, 2007).

Neste processo de produção e reprodução das relações sociais, muitas das requisições da profissão de Serviço Social são de ordem instrumental (em nível de responder às demandas contraditórias do capital e do trabalho e em nível de operar modificações imediatas no contexto empírico), exigindo respostas instrumentais. Porém, o exercício profissional não se restringe a elas. Com isso queremos afirmar que a habilidade técnico-operativa é necessária para garantir a eficácia e eficiência operacional da profissão, porém, não devemos reduzir o fazer profissional à dimensão técnico-operativa, mas ressaltar que historicamente a profissão alcança o status intelectual, consolidando sua base teórico-metodológica e ético-política.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas), então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, mecanizadas. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores éticos e políticos. Mais ainda, ações que estejam articuladas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos.

Assim, na realização das requisições que lhe são postas, a profissão necessita da interlocução com conhecimentos do próprio Serviço Social, das Ciências Sociais e Humanas, o que tem sido incorporado e particularizado na análise do seu objeto de intervenção.

É necessário reconhecer o Serviço Social como uma totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa. Nesse sentido, a formação profissional do assistente social deve contemplar diversas atividades acadêmicas, que possibilitem o desenvolvimento das habilidades e competências relacionadas a estas dimensões:

Dimensões que para desenvolver suas potencialidades necessitam da interlocução com a teoria social crítica; da atitude investigativa e da prática da pesquisa; dos estudos avançados proporcionados pelos diferentes níveis da pós-graduação, da produção de conhecimento, da apropriação dos princípios éticos; do empenho teórico-prático à aproximação aos carecimentos das classes trabalhadoras; de formação qualificada, com direção social e fino acompanhamento da dinâmica societária, das necessidades sociais subjacentes às demandas profissionais, dos processos formativos e do exercício profissional. (KOIKE, 2009, p. 213)

O currículo mínimo proposto pela ABEPSS resulta de um amplo processo de debate entre as Unidades de Ensino de Serviço Social brasileiras, com o apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), realizado desde 1994, com vistas à revisão do currículo implantado em 1984, buscando pensar a formação profissional nesta dimensão política e inspirada pela razão dialética.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares apontam para um conjunto de conhecimentos – necessários ao desenvolvimento das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas –, sendo os mesmos divididos em três núcleos de fundamentação da formação profissional:

- **Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social:** formado por um conjunto de fundamentos que permitam o conhecimento do ser social enquanto totalidade histórica, inserido na sociedade capitalista em seu movimento contraditório;
- **Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira:** pressupõe um conjunto de fundamentos que permitam conhecer a constituição da sociedade brasileira no seu desenvolvimento rural e urbano e suas diversidades regionais e locais;
- **Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional:** constituído por um conjunto de fundamentos que permita compreender o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo com sua trajetória histórica, teórica, metodológica, ética que envolve o exercício profissional.

Os núcleos organizam a lógica curricular, ressaltando que o processo de formação profissional é perpassado pela interseção entre a Pesquisa, o Ensino e a Extensão.

A Extensão propicia ao processo de formação acadêmica uma significação ímpar, na medida em que são espaços inteiramente articulados à realidade social e que favorecem o desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos discentes em diferentes dimensões: planejamento, investigação, avaliação, sistematização, articulação interinstitucional, atendimento e organização de serviços à população. Essas ações produzem efeito direto não apenas sobre os discentes participantes dos programas e projetos, visto que a produção de conhecimentos é socializada para todos os discentes do curso através de seminários, oficinas e conteúdos incorporados às disciplinas. A atividade extensionista não deve constituir um apêndice das atividades de ensino e pesquisa. A função extensionista da universidade deve ser realizada de maneira articulada com outras esferas da dinâmica social, contribuindo para a consolidação do projeto profissional do Serviço Social, enfatizando a capacidade de formulação de respostas sociais da profissão, além de contribuir para a construção de projetos societários contra-hegemônicos.

As dimensões investigativa e interpretativa constituem princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação entre a teoria e a realidade. Nesse sentido, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão representa hoje um dos maiores desafios das universidades brasileiras.

O processo de formação do aluno vai além da aquisição de conhecimentos técnico-científicos, até porque estes se esvaziam quando não integrados à realidade. Para uma abordagem inovadora, a aprendizagem deve ir além da aplicação imediata, impulsionando o sujeito a criar e responder a desafios, a ser capaz de aprender e recriar permanentemente;

ou seja, a graduação deve se transformar no *locus* de construção/ produção do conhecimento, em que o aluno atue como sujeito da aprendizagem.

A extensão universitária no cenário brasileiro teve inicialmente um cunho assistencialista, caracterizado pelo atendimento da população em situação de vulnerabilidade social, sendo muitas vezes também reduzida à lógica de a universidade efetivar seu compromisso social e constituir campo de estágio para os estudantes universitários. Na década de 1980, a extensão passa a ter um caráter científico, sendo concebida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A atividade de extensão tem sua relevância por ser fonte de oxigenação do conhecimento (artístico, científico, tecnológico e cultural) produzido na universidade, por produzir novos conhecimentos de forma interdisciplinar através de suas ações e contribuir para a formação plena do aluno cidadão, oportunizando ao mesmo trabalhar a partir da realidade concreta, cooperando para construção de uma nova ordem societária.

A extensão é fundamental para que a universidade cumpra sua função social, não como uma “boa ação” cidadã, mas como um conjunto de ações integradas e como um processo acadêmico-científico, com rigor estrutural, padronização de conceitos e normas, planejamento, com objetivos e metas e com avaliação de seus resultados e impactos sociais.

Podemos perceber que a extensão reflete as condições da sociedade na qual nos encontramos historicamente, marcada por contradições e permeada por avanços e retrocessos. Portanto, o presente artigo apresentará a seguir as ações extensionistas da Escola de Serviço Social da UNIRIO, apresentando suas contribuições e desafios para o processo de formação profissional em Serviço Social.

### **Serviço Social: a instrumentalidade da profissão entre as grades visíveis do sistema penitenciário e invisíveis da medida socioeducativa – Avanços e Desafios**

Desde a criação do curso de Serviço Social, em 15 de abril de 2010, são desenvolvidas ações e projetos vinculados à esfera do ensino, pesquisa e extensão, sendo a extensão um alicerce importante na articulação teoria e prática e, ainda, na configuração e formulação de objetos de estudo e investigação. Ressaltamos, ainda, a contribuição da extensão na perspectiva de disponibilizar conhecimento acadêmico às comunidades adjacentes à universidade.

As atividades de pesquisa e extensão foram articuladas e estruturadas na Escola de Serviço Social a partir do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Serviço social, que é uma proposta que articula atividades investigativas e interventivas, que busca desenvolver no corpo discente as habilidades e competências relacionadas ao Núcleo de fundamentos do trabalho profissional do currículo de Serviço Social.

O Laboratório operacionaliza suas ações através dos seguintes Núcleos de Pesquisa e Extensão: Serviço Social e Saúde; Serviço Social, Educação, Comunicação e Cultura; e Serviço Social e o Sistema Sociojurídico. Esclarecemos que o projeto de extensão “Serviço Social: a instrumentalidade da profissão entre as grades visíveis do sistema penitenciário e invisíveis da medida socioeducativa” está articulado ao Núcleo “Serviço Social e o Sistema Sociojurídico”, tendo como proposta inicial desenvolver atividades extensionistas com os profissionais e usuários da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP-RJ).

O sistema sociojurídico é composto por diversas instituições, que têm como temática comum “Os Direitos Humanos e a Justiça”, entre elas: Tribunal de Justiça (Varas de Infância, Juventude e do Idoso), Ministério Público, Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) e SEAP-RJ. Dentre estas diversas áreas, optamos por trabalhar com o sistema penitenciário, em que se torna mais explícita a questão da justiça e, muitas vezes, da defesa ou mesmo intransigência dos Direitos Humanos.

O projeto tem como objetivo propiciar ao discente de Serviço Social vivência em atividades de ensino, extensão e de iniciação científica no sistema sociojurídico, especificamente, na SEAP-RJ, tendo como principais atividades desenvolvidas no período de 2011-2012 o grupo de estudos e o trabalho socioeducativo com os internos da Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira.

O Grupo de Estudo tem o objetivo de apresentar bibliografia diversificada sobre a área temática Privação e Restrição da Liberdade aos discentes, constituindo um espaço de leitura, debate e construção de um referencial teórico, que dê subsídios às etapas de investigação e intervenção. O grupo é realizado todas as quartas-feiras das 15 às 17 horas, tendo uma seleção de textos a serem lidos e debatidos pelos participantes, sendo aberto à participação de profissionais da área sociojurídica, bem como discentes e docentes de outros cursos, que tenham interesse pela temática.

O grupo tem a participação de discentes da UNIRIO e da Universidade Federal Fluminense (UFF), sendo considerado pelos mesmos uma possibilidade de acúmulo teórico e científico na temática de prisão, segurança pública e criminalidade. No final de 2012, todos os discentes da UNIRIO que participaram do processo seletivo para estágio na SEAP foram classificados, fato que consideramos resultado deste acúmulo teórico e crítico sobre a privação e restrição da liberdade:

O grupo possibilita o debate sobre a história das prisões e pensar criticamente sobre o papel social das prisões na sociedade capitalista. Através dos diversos filmes e documentários, além dos relatos das atividades extensionistas na SEAP-EB, construímos uma base teórica e crítica. Quando cheguei ao grupo tinha resistência em discutir violência e tinha um olhar preconceituoso sobre a prisão. Hoje consigo percebê-la como uma instituição total. (aluna X)

O grupo de estudos possui alguns desafios e entraves, uma vez que o curso de Serviço Social é noturno, o que caracteriza o perfil dos alunos como “alunos trabalhadores”, logo grande parte dos alunos relatam ter interesse e desejo de participar do grupo, mas concretamente possuem limitação e restrição de horário. De acordo com a aluna E: “Tenho interesse em frequentar o grupo, mas trabalho de segunda a sábado no horário da manhã e da tarde. Logo só poderia participar se o mesmo fosse durante o horário noturno.”.

Isto evidencia a necessidade de uma reforma curricular, que possa contemplar a oferta de disciplinas optativas e grupos de estudos na própria grade horária do curso noturno, implicando uma extensão do tempo de duração da graduação para quatro anos e meio ou cinco anos. A Escola de Serviço Social, com vistas ao enfrentamento deste desafio, está estruturando seminários de debate sobre a formação profissional e a reforma curricular.

O Trabalho socioeducativo com os presos da Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira consiste numa atividade de grupo informativo e reflexivo, em que são discutidas temáticas como: educação, trabalho, política, família, liberdade, violência e criminalidade.

Esclarecemos que os presos que cumprem pena privativa de liberdade na SEAP-EB são do sexo masculino, com faixa etária (em média) entre 18 e 35 anos, residentes no estado do Rio de Janeiro, cumprindo pena de no máximo 15 anos. A SEAP-EB caracteriza-se ainda como unidade para cumprimento de pena privativa de liberdade de presos estrangeiros ou residentes em outros estados brasileiros.

Os presos relatam, durante as atividades extensionistas, o quanto se sentem valorizados como sujeitos sociais e como constroem constantemente reflexões sobre o cotidiano da prisão e a própria criminalidade, no âmbito da sociedade capitalista:

Estou há 10 anos no sistema prisional, sou reincidente e pela primeira vez vejo um trabalho que de fato ressocializa o preso. (Interno V)

Quando soube do grupo, resolvi aparecer mesmo sem senha e me infiltrei no grupo...rs...desde então não faltei uma atividade. O grupo não pode parar, pois antes dele eu só pensava em coisas ruins, não acreditava que podia sair daqui e ser diferente. Com o grupo comecei a ter esperanças. A doutora, o grupo, a universidade de serviço social reciclaram minha vida. (Interno CL)

Outro dia assistimos na escola o filme do Vik “Lixo extraordinário”. Esse cara mudou a vida daquelas pessoas no lixão. Mostrou que eles podiam produzir arte, apresentou um novo caminho, uma nova vida. O grupo também fez isso com a gente. Ele mostrou que podemos seguir um caminho diferente, que podemos reciclar nossas vidas. (Interno CR)

O grupo é como uma churrasceria rodízio...rsrs...ele oferece vários tipos de carne e comida e nós escolhemos o que desejamos naquele momento...rs. (Interno R)

Os depoimentos explicitam o fato de o grupo se configurar como um espaço de valorização das ideias e participação dos internos, além de se efetivar como um momento de reflexão sobre o cotidiano prisional e a possibilidade de retorno à vida social. Esclarecemos que em função do nome extenso do projeto (Serviço Social: a instrumentalidade da profissão entre as grades visíveis do sistema penitenciário e invisíveis da medida socioeducativa”) os internos passaram a denominá-lo de “Projeto Reciclar é viver”, considerando que eles mudam, reciclam, transformam suas vidas através deste trabalho:

Nós tivemos a ideia de multiplicar este trabalho para o pavilhão B, pedimos uma sala para o diretor e tudo que vocês fazem aqui, nós fazemos igualzinho lá dentro para os outros presos. O nome deste espaço é “Espaço Positivo”... Desenhamos na parede uma pirâmide da ressocialização, onde está em cima a assistência religiosa, e nas pontas, de um lado o ‘Projeto Vida’ da psicologia e de outro o ‘Projeto Reciclar é viver’, da UNIRIO. Este é o nome do projeto de vocês para nós...rs...vocês nos ensinam a reciclar nossas vidas. (Interno M)

O grupo não pode acabar. A não ser que a gente já possa sair em liberdade...rs... Estou indo para a semiaberta ainda esta

semana e vou contar para os internos lá sobre este trabalho aqui. (Interno R)

Os presos, a partir da inserção no projeto de extensão, realizaram inúmeras atividades e projetos, que surgem de ideias e articulações de debates realizados nesse trabalho socioeducativo, como a organização de uma sala no pavilhão carcerário intitulada pelos internos de “Espaço Positivo”, onde oferecem atividades de leitura, artesanato e a própria divulgação do projeto; a coleta seletiva do lixo para fins de reciclagem; e a plantação e organização de jardim e horta na unidade prisional.

O “Espaço Positivo” é uma sala onde os presos autogerenciam atividades de leitura, artesanato e debate sobre os mesmos temas abordados no grupo socioeducativo. Neste espaço os presos estão sistematizando suas ideias na forma de atividades e ações, porém não possuem conhecimento dos procedimentos metodológicos para a elaboração de projetos sociais. A partir destas ideias e atividades desenvolvidas pelos presos, planejamos para o período de 2013 a realização de uma oficina de elaboração de projetos sociais, com vistas a qualificar os presos no processo de organização, planejamento e sistematização das suas ideias no formato de projetos sociais.

As atividades de extensão desenvolvidas na SEAP-EB também possuem desafios e entraves à sua efetivação, caracterizados inicialmente pelo processo lento e burocrático de autorização e institucionalização do projeto junto à SEAP. Esclarecemos que o projeto de extensão está sendo operacionalizado desde fevereiro de 2011, sendo autorizado pelo Secretário de Administração Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro apenas em novembro de 2012.

Outros entraves à operacionalização do projeto consistem na dificuldade no acesso dos internos ao grupo, através da senha. Ou seja, para o interno se deslocar da cela para o grupo (realizado no espaço físico da Escola Estadual Agenor Cartola, localizada no interior da SEAP-EB) era necessário receber uma senha, através da segurança. Muitas vezes, a segurança mudava a localização (cela) do interno, e o mesmo não recebia a senha, o que impossibilitava seu deslocamento para o grupo. A partir desta dificuldade organizamos uma equipe de internos monitores, que possuem como atividade auxiliar no planejamento e execução das atividades do projeto de extensão, inclusive na confecção e distribuição de senhas junto ao setor de segurança da unidade prisional.

Outra dificuldade é o próprio fato de muitos internos, durante o período de execução do projeto, obterem a liberdade condicional, progressão de regime e, ainda, transferência para outras unidades prisionais, interrompendo o trabalho e caracterizando uma rotatividade de público-alvo do projeto.

O projeto de extensão está articulado com atividades de ensino, na medida em que através do grupo de estudos propiciamos um espaço de troca e produção de conhecimentos relacionados às temáticas de segurança pública, privação de liberdade, direitos humanos e violência. No período de 2011 e 2012 também foram ofertadas no curso de graduação em Serviço Social as disciplinas optativas de “Serviço Social e Projetos de Sociedade” e “Violência e sociedade”, propiciando um debate sobre a violência no âmbito da unidade prisional e da própria sociedade.

Com relação à articulação da extensão com atividades de pesquisa, ressaltamos a elaboração da pesquisa “As faces do trabalho na prisão”, que tem como objeto de estudo a análise do processo e das relações de trabalho dos presos na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira (SEAP-EB), situada no Complexo Penitenciário de Gericinó no estado

do Rio de Janeiro. O estudo está articulado à Linha de Pesquisa Memória, Subjetividade e Criação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO.

Nesse contexto, o projeto de extensão propicia à Escola de Serviço Social da UNIRIO um núcleo de referência na área temática da privação e restrição de liberdade, possibilitando articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, entre a graduação e a pós-graduação e ainda entre diferentes instituições de ensino superior. Ou seja, através do projeto de extensão também consolidamos articulações interinstitucionais, propiciando aos discentes a participação no Observatório de Trabalho no Brasil e no Grupo de Trabalho Pivação e Restrição da Liberdade.

O núcleo de pesquisa Observatório do Trabalho no Brasil – projeto interinstitucional e interdisciplinar, elaborado pelas Escolas de Serviço Social da UNIRIO e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – tem como objetivo analisar de forma crítica os direitos dos trabalhadores diante da sociedade do capital, seu desenvolvimento histórico, notadamente, no que se refere às relações e processos de trabalho, aos direitos dos trabalhadores e às relações de forças que se estabelecem entre as classes.

O Grupo de Trabalho Pivação e Restrição de Liberdade tem a proposta de reunir docentes, discentes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e profissionais, que tenham interesse por esta área temática. Esse grupo tem composição interdisciplinar e interinstitucional, no sentido de constituir um grupo de estudo, pesquisa e trabalho no campo sócio-ocupacional da medida socioeducativa e do sistema penitenciário, sendo perpassado pelas temáticas relacionadas às políticas públicas e expressões da Questão Social, entre elas: direitos humanos, educação, segurança pública, ética e violência.

Os discentes, através da inserção no projeto de extensão, participam desses diferentes espaços de ensino e produção de conhecimentos. Nesse sentido, o projeto de extensão tem aberto um espaço de formação profissional de qualidade, em que os discentes trocam conhecimento com docentes e discentes de diferentes áreas do conhecimento.

Através desse projeto, os discentes do curso de graduação em Serviço Social têm contato com diversas expressões da Questão Social e as estratégias de enfrentamento da mesma, no que se refere à intervenção profissional. Eles também experimentam o processo de tomada de decisão, uma vez que todas as etapas de planejamento e avaliação do projeto de extensão são participativas e democráticas.

A extensão e sua interface com o ensino e a pesquisa possibilitam o desenvolvimento de habilidades e competências relevantes para o desenvolvimento da prática, compreendendo a mesma como práxis, ou seja, não a desvinculando da teoria social aprendida. Assim, os discentes ampliam sua capacidade de conhecer uma realidade social e, através de uma consciência crítica, passam a pensar em estratégias político-profissionais de transformação desta.

### **Conclusões**

O curso de Serviço Social da UNIRIO privilegia a construção de uma proposta de ensino capaz de garantir a pluralidade e a interdisciplinaridade na transmissão dos conteúdos, articulando sempre todas as disciplinas com as questões relevantes para a profissão. A vinculação permanente entre teoria e prática é central no processo de ensino-aprendizagem, considerando que a ação profissional prescinde do conhecimento, e este só se realiza a partir da ação, e que "(...) a teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da 'possibilidade' e o da segunda o da 'efetividade'." (SANTOS, 2010, p.21). Nesse sentido, a extensão universitária

é fundamental, na medida em que possibilita ao discente a interface e articulação entre a teoria e a prática, percebendo esta relação de unidade na diversidade.

A universidade é um espaço de formação, de investigação e de prestação de serviços à comunidade, portanto o projeto político- pedagógico da Escola de Serviço Social da UNIRIO é caracterizado pela preocupação com uma organização curricular que garanta a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, as ações de extensão já desenvolvidas pela Escola de Serviço Social da UNIRIO são contribuições importantes, haja vista que estão vinculadas a propostas de pesquisas acadêmicas interinstitucionais, promovendo a função social da Universidade.

A relação entre o ensino e a extensão supõe transformações no processo pedagógico, pois docentes e discentes se constituem como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização do saber acadêmico. A relação entre extensão e pesquisa ocorre no momento em que a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida da população. A extensão, como a ação que possibilita a interação entre universidade e sociedade, constitui-se elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática, promovendo a troca de saberes acadêmico e popular.

A extensão também possui desafios a serem enfrentados no âmbito acadêmico, como o reconhecimento de que a mesma tem a mesma importância que o ensino e a pesquisa para o processo de formação profissional. A extensão é a função mais jovem da universidade e, apesar do discurso de inseparabilidade, em muitas universidades é uma atividade apêndice, pois lhe falta orçamento específico além de recursos humanos e físicos.

Como contraponto, ressaltamos a experiência da Escola de Serviço Social da UNIRIO, em que a atividade de extensão articulada ao ensino é operacionalizada desde a sua criação em 2010, consolidando debates e produção de conhecimentos imprescindíveis à formação profissional. Através da atividade extensionista, a Escola de Serviço Social proporciona aos discentes um acúmulo de referencial teórico, um campo privilegiado de interface entre a teoria e prática e de produção de novos saberes (através da pesquisa), consolidando uma formação qualificada e o desenvolvimento de habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas necessárias ao fazer profissional.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate. In: **Cadernos ABESS (nº 7)**. São Paulo: Cortez, 1997.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de Almeida. Magistério, direção e supervisão acadêmica. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília; CFESS / ABEPSS, 2009.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Ed., 2000.

GUERRA, Yolanda. Ontologia do ser social: bases para a formação profissional In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.54. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço social: exigências atuais. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília; CFESS / ABEPSS, 2009.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Trad. de Marília Barroso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na prática teoria é outra? Mitos e dilemas da relação entre teoria, prática, instrumentos e técnica em Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.